

LEANDRO MAZZINI
COLUNA
ESPLANADA



SEGURO-DESEMPREGO

■ Diante da reação negativa de deputados e senadores, o governo discute alternativas para derrubar a taxaço do seguro-desemprego e compensar o financiamento da geração de empregos com outra fonte de recursos. O imposto integra o programa Verde Amarelo, criado pela Medida Provisória (MP 905/19), e prevê a geração de 1,8 milhão de postos de trabalho até o fim de 2022 para jovens entre 18 e 29 anos que ainda não tiveram nenhum emprego com carteira assinada. Parlamentares governistas e da oposição ameaçam derrubar a medida caso não seja revista a cobrança de 7,5% sobre parcelas do seguro.

PEDIDO



DIVULGAÇÃO

■ Relator da Reforma da Previdência, o senador tucano Tasso Jereissati (CE) chegou a pedir ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), a devolução da MP ao governo.

Precedente

■ Além da pressão dos congressistas, o recuo do governo se deve ao precedente de derrotas. Recente, foi rejeitada a MP de Bolsonaro que desobrigava a publicação de balanços em jornais.

Repasse

■ Conhecida como “PEC da Corrupção”, a proposta que possibilita o repasse direto de recursos públicos de emendas para municípios - sem intermédio de convênios ou contratos com órgãos intermediários, como a Caixa Econômica Federal - avança a toque de caixa no Congresso.

Eleições

■ Sob relatoria do deputado tucano Aécio Neves (MG), foi aprovada por unanimidade na comissão especial. Deputados governistas e da oposição agora querem quebrar prazos regimentais para agilizar a aprovação da PEC (48/19) e garantir o repasse do dinheiro já em 2020 - ano de eleições municipais.

Corporativo

■ Aliado do presidente Jair Bolsonaro, o deputado Leo Motta (PSL-MG), que preside a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, se autoneomou relator do pedido de fiscalização das despesas efetuadas com os cartões corporativos da Presidência da República.

Ops

■ “Me causou estranheza essa posição, faltou bom senso do presidente da comissão, que é do mesmo partido do presidente e apoiador do governo”, reage o autor do pedido de devassa nos cartões pa-

lacianos, deputado Elias Vaz (PSB-GO).

Leniência

■ Uma das empreiteiras enredadas na Lava Jato, a OAS está habilitada para celebrar novos contratos com o governo federal. Em acordo de leniência, a empresa assumiu o compromisso de ressarcir em R\$ 1,92 bilhão os cofres públicos até dezembro de 2047.

Leniência 2

■ A Engevix, rebatizada para Nova Participações S.A, também está liberada para fechar contratos com o poder público. Vai pagar, até 2046, R\$ 516 milhões. Do total, R\$ 315,84 milhões correspondem ao valor pago pela empresa em propinas.

Free shops

■ A cota para compras em free shops terrestres foi ampliada de US\$ 300 para US\$ 500. A medida entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. A portaria que autoriza o aumento foi assinada pelo ministro Paulo Guedes, da Economia.

Contrabando

■ O deputado Enéias Reis (PSL-MG) quer que a importação de cigarro eletrônico seja considerada contrabando. Poderá ser punido com reclusão de dois a cinco anos quem importar eletrônicos fumígenos saborizados, prevê projeto (PL 5085/19) do parlamentar.

Inspeção

■ A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) manteve, em portaria, a suspensão da inspeção de auditores fiscais da Receita Federal por agentes terceirizados para acessar áreas alfandegadas dos aeroportos.

ESPLANADEIRA

■ Senador Paulo Paim (PT-RS) lançou no Senado o livro Tempos de Distopia, no qual trata do atual momento político, econômico e social do país.

Publicada diariamente em 51 jornais de 25 estados, em capitais e interior Com Equipe DF, SP e PE / reportagem@colunaesplanada.com.br. Twitter @colunaesplanada / Facebook : Coluna Esplanada. Leia mais em odia.com.br

OPINIÃO

CRÔNICAS E ARTIGOS

A economia criativa está sem rumo



Diego Santos Vieira de Jesus
Coordenador do Laboratório de Cidades Criativas da ESPM Rio

A economia criativa refere-se a um conjunto de atividades, bens e serviços que têm base na criatividade, no talento ou nas habilidades individual e coletiva. Incorpora setores como publicidade, arquitetura, mercado de artes, artesanato, design, moda, cinema, softwares, música, artes performáticas, indústria editorial, rádio, TV, museus e atividades relacionadas às tradições culturais.

No debate político, a centralidade da economia criativa como motor da geração de renda e emprego e da inclusão social ganhou força com a criação da Secretaria de Economia Criativa (SEC) no extinto Ministério da Cultura (MinC), em 2011. A economia criativa parecia assumir caráter estratégico diante da perda de importância gradativa da exportação de commodities, bem como da comercialização de bens e serviços de alto valor agregado, a qual conduziria a alterações no trabalho e nos fundos específicos para o financiamento. Mas, desde meados da década de 2010, parece estar sem direção.

No início de 2015, a SEC foi extinta pelo então ministro da Cultura, Juca Ferreira, que criou a Secretaria para Formação de Linguagens Artísticas. Ele pretendia promover a interiorização do desenvolvimento e a federalização da capacidade produtiva nacional, com foco nas especificidades das produções culturais locais e regionais, mas não contemplava as atividades criativas funcionais, como o design e a publicidade.

Após o afastamento da presidente Dilma, a fusão dos ministérios da Cultura e da Educação motivou críticas da classe artística e da sociedade civil, de forma que as pastas voltaram a se separar, e Marcelo Calero assumiu o cargo. Com a criação da Secretaria de Economia da Cultura liderada pelo advogado Cláudio Lins de Vasconcelos, Calero apontou criação de marcos regulatórios como uma das diretrizes para o reposicionamento das potencialidades econômicas e comerciais da cultura, mas ficou pouco tempo, saindo por conta da interferência do ex-ministro Geddel Vieira



Lima para que liberasse obra na Bahia.

Diante da sobrevida conquistada pelo MinC num ambiente avesso à produção criativa, a preocupação do sucessor de Calero, Roberto Freire, era o dimensionamento do impacto na economia, com metodologias e critérios unificados de aferição. Ele buscou, sem sucesso, conscientizar o governo sobre a riqueza produzida pela área cultural para que não retirasse recursos do MinC num contexto de crise. Após a breve gestão de João Batista de Andrade com a saída de Freire, Sérgio Sá Leitão assumiu apontando que o fomento com um orçamento comprometido exigia a desburocratização da Lei Rouanet, mudanças legais para a implementação de fundos de investimento em cultura e o incentivo a fundos patrimoniais e financiamento coletivo.

Nas eleições de 2018, candidatos a presidente como Fernando Haddad, Marina Silva, Ciro Gomes e Geraldo Alckmin trouxeram em programas de governo referências ao potencial da economia criativa na ampliação do acesso à cultura e geração de renda e emprego, mas as propostas eram vagas. Em alguns programas, as referências sequer existiam.

Ao assumir, Bolsonaro extinguiu o

Ministério da Cultura, que se tornou secretaria sob o Ministério da Cidadania. Além disso, definiu regras para a Lei Rouanet, limitou verbas para setores culturais e artísticos e modificou o Conselho Nacional de Política Cultural.

Em outubro, o ex-prefeito de Santa Maria, Cezar Schirmer, assumiu a nova secretaria. Dentre suas atribuições, está a articulação de linhas de financiamento para empreendimentos culturais e implementação de políticas de acesso à leitura. Schirmer não demonstra ampla experiência em economia criativa, tendo atuado na Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Em novembro de 2019, Bolsonaro transferiu a Secretaria Especial da Cultura para o Ministério do Turismo.

Diante da ausência de sistema político e produtivo favorável, ideias e negócios criativos não se desenvolvem, num contexto em que faltam marcos específicos e facilitações para pequenos empreendedores. Mediante contingenciamentos de verbas para pesquisa, não se gera expertise à obtenção de diagnósticos de mercado para se repensarem investimentos, infraestrutura e modelos de negócios criativos. A economia criativa parece estar sem rumo.

Alfabetizar é Educar para a Cidadania



Simone Viana
professora do Colégio Dr. Barros Barreto

O Dia Nacional da Alfabetização foi comemorado dia 14 de Novembro, a partir do Decreto de Lei 19.402, uma ação para conscientizar a população sobre a importância da implantação de melhores condições de ensino e aprendizagem no país, refletir e implementar propostas que permitirá no processo ensino aprendizagem no núcleo alfabetizador. Também visa a construção de valores, respeito e conhecimento de direitos e deveres nas relações sociais, na consolidação de todo o processo de ensinar e de aprender para a vida e na vida.

Este dia deve ser visto também como uma oportunidade de ressaltar a importância do combate ao analfabetismo no Brasil; nos permitindo pensar e refletir o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 que diz que “a

educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Visando favorecer a formação do cidadão para que este assuma formas de participação social, política e de atitudes críticas diante da realidade que o cerca por meio da leitura do espaço, o qual traz em si todas as marcas da vida dos homens, construído cotidianamente, mobilizando para os caminhos de acesso ao conhecimento, associada a cultura, leitura crítica da realidade, desafiando-nos para que percebamos que o mundo pode ser mudado, transformado, reinventado.

Faz-se necessário compreender que o processo de Alfabetização é uma possibilidade de transformação social, é oportunizar desde a educação básica, o indivíduo ser sujeito da própria história; oportunizando a quebra de paradigmas desde cedo, reconstruindo valores

e verdades, se conscientizando de seus direitos e deveres na sociedade, constituindo-se em um processo educativo fundamentalmente democrático, pela capacidade de percepção crítica e autoconhecimento contribuindo na construção de uma sociedade menos excludente, assumindo um papel sobretudo político, posicionando ativamente nas transformações da sociedade e na construção de um saber pedagógico pautado na qualidade, na afetividade, na construção histórica e cultural vivenciada, que vai além do saber falar, ler e escrever.

O debate não cessará, é preciso compartilhar ideias e propostas, para que as práticas pedagógicas alfabetizadoras atendam às necessidades atuais do mundo moderno e sua complexidade, contribuindo na consolidação de uma sociedade justa, democrática e humana sem perder a individualidade daqueles que a constrói no processo de construção das identidades destes sujeitos e de seus grupos a qual pertence, o que é determinante na construção da leitura de mundo deste aluno.

O DIA DISQUE REDAÇÃO: 2222-8069 E 98921-1888

ASSINATURA E CENTRAL DE ATENDIMENTO AO LEITOR: 2222-8600

PRESIDENTE:
Luiz Alberto Albuquerque

DIRETORA DE REDAÇÃO:
Carla Alves

EDITOR-CHEFE:
Marco Antonio Rocha

DEPARTAMENTOS:
Agência O DIA: E-mail: agencia@odia.com.br. Venda de fotos e textos: 2222-8021, 2222-8560 e 2222-8265
Fax Diretoria: 2507-1038

Parque Gráfico: 3891-6000. Av. Dom Hélder Câmara, 164 Benfca
Gerência Industrial: 3891-6002 **Gerência de Circulação e Logística:** 3891-6005

Preço de venda em banca: RJ, MG, SP e ES: R\$ 1,50 (dias úteis) e R\$ 3 (domingos). Distrito Federal: R\$ 3,60 (dias úteis) R\$ 4,40 (domingos). Demais estados: R\$ 4,20 (dias úteis) R\$ 5,10 (domingos)

Exemplares atrasados: Capital: Preço de capa - Demais localidades: preço de capa + postagem. Mais informações: Tels: (21) 2222-8086/2222-8136 - Central de Promoções - Av. Dom Hélder Câmara 164 Benfca, (Parque Gráfico O DIA) - das 9h às 17h.

São Paulo: Avenida Irai 300 - Sala 306 - Indianópolis. CEP: 04082-000. Tels: 11 94704-2393 / 11 99623-7645 / 11 99973-8313

Brasília: Tel: (61) 9812-2227.

Promoções: promocoes@odia.com.br
Classificados: 2532-5000 - De 2ª a 5ª das 9 às 18h e 6ª das 9h

às 19h. Todos os cadernos de classificados somente circulam na cidade do Rio e no Grande Rio.

Anúncios de Noticiário: 2222-8338 / 2222-8631 / 2222-8388. Anúncios para o Interior: 2222-8279 - Negociações com agência: 2222-8388 Outros estados: 2222-8279 - De 2ª a 6ª, das 10h às 18h. Atendimento ao jornalista: 3891-6012 - De 2ª a 6ª, das 8h às 12h30 e das 13h30 às 17h.

Editor O DIA LTDA. Rua dos Inválidos 198, 2º andar, Lapa - CEP: 20.231-048 - Rio de Janeiro - RJ.

O DIA é filiado ao Instituto Verificador de Circulação (IVC).